

Lazer familiar: um estudo sobre a percepção de pais de crianças com deficiência

*Alcione Aparecida Messa
Catherine Oliveira de Araújo
Cristiane Spada Freitas
Eliana Cristina Gallo Penna
Érika Miti Yasui
Lucia Gusson Aguiar
Maria Cristina Godoy Cruz Felipe
Rita Aparecida Bettini Pereira
Rosemeire Rodrigues Garcia*

Mestrandas do Programa de Distúrbios do Desenvolvimento da Universidade Presbiteriana Mackenzie

Silvana Maria Blascovi-Assis

Professora do Programa de Distúrbios do Desenvolvimento da Universidade Presbiteriana Mackenzie

RESUMO

O objetivo desse estudo foi investigar a percepção dos pais sobre o lazer em famílias que tenham uma criança com deficiência física, mental ou múltipla. Participaram 28 famílias de crianças com deficiência física, mental ou múltipla, entre dois e quatorze anos (15 meninos e 13 meninas), sendo 13 de Sorocaba-SP e 15 de Uberaba-MG, que freqüentavam instituições filantrópicas. Foram realizadas entrevistas com perguntas fechadas e abertas respondidas por um membro da família. As atividades de lazer mais citadas foram: visita a parentes e amigos (19), assistir TV (18), ouvir música (14), parques e praças públicas (11), igreja (11), festa de aniversário ou casamento (11). As dificuldades mais apontadas foram a falta de: dinheiro (16), tempo (16), oportunidades ou convites (9), e divulgação de locais de lazer (9). Em 15 casos, após o nascimento da criança, ocorreram mudanças na prática do lazer familiar, relacionadas aos problemas de saúde, dificuldades para brincar e necessidade de reestruturação familiar. O grau de satisfação foi apontado como ótimo (5) e bom (17) para 22 famílias. Embora 15 famílias reconheçam dificuldades para o lazer, e priorizem atividades em ambientes internos, 22 famílias apresentam alto grau de satisfação sugerindo possível reorganização familiar.

Palavras-chave: Lazer, família, deficiência

1 INTRODUÇÃO

As relações familiares carregam consigo implicações importantes para o desenvolvimento infantil. Não são muitos os estudos que abordam as relações da criança no contexto familiar, principalmente quando se trata das interações da criança com alguma deficiência (SILVA e DESSEN, 2003). Mactavish e Schleien (2004) destacam a falta de trabalhos relacionados às crianças com deficiência e suas famílias em situações de recreação e lazer. Entretanto, o lazer para as famílias de crianças e jovens com deficiência mostra-se como importante situação favorecedora do desenvolvimento, da satisfação pessoal e da inclusão social para essas pessoas.

O conceito de lazer é amplo, variado e vem se modificando através dos tempos. A ele, podem ser acrescentados os conceitos de qualidade de vida, saúde e cidadania.

De acordo com Moraes (1999) o lazer não é visto apenas como a opção de ocupação das horas livres com algo que traga prazer, mas também, como uma opção pela qual o indivíduo pode sentir-se capaz, sendo agente e participante efetivo de espaços sociais. Para este autor, a prática consciente do lazer impulsiona para atitudes igualmente conscientes de cidadania.

O lazer, ao contrário do que se pensa, não se trata de um conjunto de atividades ociosas e sem propósito, possuindo uma dimensão educativa e enriquecedora de interação social.

Nesse contexto, o lazer baseado em práticas de caráter consumista, capitalista e pouco acessível reforça a noção do ter e não do fazer. Mesmo quando as atividades são desenvolvidas para a prática do lazer, como o brincar, carregam também uma conotação competitiva, e não a participação pelo prazer, entretenimento e interação (FRANÇA, 1999).

A relação entre lazer e infância é pautada sob a incoerência entre o discurso e a ação social efetiva nesta prática. Segundo Marcellino (2002), não há consenso sobre essa temática, ocorrendo o furto da vivência lúdica na infância. Para este autor, o lazer é considerado como

possibilidade privilegiada, enfatizada, para a vivência (em conteúdo e forma, enquanto produto e processo) de valores que embasem mudanças, ou abram perspectivas para mudanças de ordem moral e cultural, necessárias para a implantação de uma nova ordem social (p.40).

Para Vash (1988), existe uma concordância, mesmo que não associada aos conceitos propriamente ditos, de que o lazer é necessário para a felicidade humana.

Deve-se ressaltar que, na sociedade vigente, os avanços tecnológicos, reforçados pelos jogos eletrônicos, imperam sobre as atividades lúdicas, que envolvem as manifestações

culturais e as relações interpessoais. Esse fato ocorre nas diversas classes sociais na busca da inserção precoce no mundo digital, como garantia de um futuro profissional promissor.

Fazendo uma retrospectiva histórica sobre o lazer e a infância, desde 1959, a Declaração dos Direitos da Criança no seu princípio 7º, afirma que “a criança deve desfrutar plenamente de jogos e brincadeiras, os quais deverão estar dirigidos para a educação; a sociedade e as autoridades públicas se esforçarão para promover o exercício desse direito” (ECA, 1990).

A Constituição Brasileira (1988) artigo 227, no capítulo 7º, do título VIII, dispõe que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990) estabelece no capítulo II, art. 16 no inciso IV que “brincar, praticar esportes e divertir-se” é direito da criança. No capítulo IV, art. 58 determina que “os municípios, com apoio dos Estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude”.

A importância do lazer na infância, embora explícita nas declarações e políticas públicas no contexto brasileiro, não vem sendo privilegiada efetivamente nas ações, como se o lazer, o brincar e o lúdico não fossem práticas imprescindíveis na qualidade de vida e no desenvolvimento do ser humano, principalmente quando se trata de pessoas com deficiência.

Quando se fala em lazer ou recreação para a pessoa com deficiência, torna-se mais complexa esta relação, à medida que esta população, além dos preconceitos sociais, enfrenta as dificuldades para sua locomoção em locais de passeio. Museus, parques e outras áreas de recreação foram construídos durante anos sem se considerar a possível circulação de pessoas com deficiência (VASH, 1988).

Considerando a importância do tema para esta população, torna-se relevante discutir o brincar, considerando seu caráter lúdico, propício para a elaboração do pensamento e para as interações sociais.

1.1 REFLEXÕES SOBRE O BRINCAR

Brincar é um direito inalienável de todos, em especial das crianças. Brincar na forma de atividade sócio-cultural, na forma de expressão e de relação com o outro e com o mundo. A brincadeira não está direta ou linearmente ligada à alegria e ao prazer, mas também à angústia e à frustração, num misto de sensações não necessariamente agradáveis, importantes para nossa constituição como sujeitos.

O brincar se constitui como construto de relações afetivas, sociais que promovem igualmente o desenvolvimento neuropsicológico e psicomotor das crianças, não se restringindo ao resultado, e sim à forma e ao conteúdo da brincadeira para a criança. Durante a brincadeira a criança pode, através do pensamento imaginativo e do faz-de-conta, ampliar seu mundo, vivenciando situações que independem de sua idade. Brincando, a criança atua em sua zona de desenvolvimento proximal, extrapolando suas vivências reais e imediatas (VYGOTSKY, 1998). “No brinquedo, a criança sempre se comporta além do comportamento habitual da sua idade, além do seu comportamento diário; no brinquedo, é como se ela fosse maior do que é na realidade” (VYGOTSKY, 1998, p. 117).

Vários estudos apontam a importância do brincar e o desenvolvimento infantil (VYGOTSKY, 1998; BROUGÈRE, 1998; KISHIMOTO, 2000; BOMTEMPO, 1997; SANTOS, 2001; OLIVEIRA, 2000; ANTUNHA, 2000). O brincar possibilita que as crianças estabeleçam interações com o mundo, com os objetos e com os outros. Através do brincar a criança constrói inúmeras aprendizagens tendo acesso a diferentes culturas. Na exploração do faz-de-conta recria situações, estabelece significados ligados a sua vida afetiva, expressa suas dificuldades e desenvolve capacidades para atuar no mundo.

A ludicidade expressa por crianças com deficiência mental ou física prediz que a brincadeira pode ser utilizada por elas de acordo com as possibilidades e limitações intrínsecas à sua deficiência nos diferentes espaços. Dependendo da idade que elas foram acometidas pela deficiência, ou mesmo, da qualidade de cuidados aos quais foram submetidas na primeira infância, o brincar entre a mãe e o bebê, as brincadeiras corporais e o faz-de-conta podem apresentar-se empobrecidos, uma vez que na brincadeira os aspectos mais importantes revelam-se no conteúdo, na forma e não no resultado.

Para Kishimoto (2000), o brinquedo propõe um mundo imaginário à criança e representa a visão que o adulto tem dela. Sendo assim, o adulto introduz nos brinquedos, imagens que variam de acordo com a sua cultura e suas próprias maneiras de ver a criança, de tratá-la e educá-la.

O brinquedo assegura à criança o seu envolvimento nas brincadeiras, visto que os significados são atribuídos pela criança. No decorrer do jogo, ela tem a possibilidade de

expressar suas vivências e projetar suas dificuldades nessa interação com o objeto. Em alguns casos o comprometimento cognitivo e motor podem ser acentuados, essa criança pode desenvolver a brincadeira de acordo com seu ritmo de desenvolvimento.

1.2 NASCIMENTO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA

Os aspectos sociais e culturais influenciam o desenvolvimento humano. Existem momentos pré-estabelecidos como a infância, a adolescência, a fase adulta e a senilidade; cada uma dessas fases reporta aos rituais de passagem, mediados pelo contexto social vigente.

A família pode ser entendida como um grupo, ou uma estrutura social básica, na qual existe uma confluência de papéis que interagem entre si, segundo a diversidade de cada um deles. A espera de um bebê, a gestação e suas representações mobilizam no casal uma série de fantasias, entre elas a perfeição desse bebê, a semelhança com seus pais. A idéia de continuidade através do filho é representada por Amiralian (1986, p. 46)

Além do aspecto da recompensa e gratificação esperadas pelos pais, pode-se observar também um lado mais irracional e instintivo: o sentido de estar atingindo a imortalidade, de passar diante um pouco de si mesmo. Por outro lado, os pais muitas vezes conferem aos filhos a missão de reparar os seus fracassos, e estes passam a responder pela realização de sonhos não atingidos.

O nascimento de uma criança com deficiência desperta nos pais sentimentos diferenciados daqueles antes nutridos. As fantasias de perfeição dão espaço a vivência de culpa, angústia e instabilidade. Os pais que imaginavam o filho como extensão de si mesmos terão dificuldades em aceitar a condição de deficiência. Os pais vivenciam sentimentos de luto, a morte simbólica da perfeição sonhada.

A família se depara com a necessidade de ajustamentos e de reorganização, oscilando entre a aceitação e a rejeição, a esperança e a angústia. Algumas crianças com deficiência necessitam ainda, de atenção médica constante. Seus pais iniciam um processo de busca de orientações profissionais que ofereçam um maior suporte para suas dúvidas e adequação aos cuidados com a criança.

Segundo Amiralian e Becker (1992, p. 53) os pais não conhecem o que é serem pais de uma criança deficiente, relatam sobre a falta desse conhecimento:

Seus conhecimentos sobre estas condições estão frequentemente envolvidos em idéias preconceituosas, originadas mais de conteúdos simbólicos, que assim se expressam, do que de um conhecimento realista da deficiência.

Diante desta vivência, é comum que os pais apresentem reações divergentes. Os sentimentos de ansiedade e culpa podem mobilizar mecanismos de defesa, na tentativa inconsciente de minimizar suas tensões e desenvolver estratégias mais adequadas em relação à criança e toda a dinâmica familiar. Além da aceitação da criança, outros ajustes familiares são necessários no cotidiano, como o tempo que cada um dispõe para a criança com deficiência, em especial quando há outros filhos que demandam igual atenção dos pais.

Na maioria dos casos, Cavalcante (2003) relata que a mãe é a pessoa que passa mais tempo com a criança com deficiência, abnegando-se de outros papéis e assumindo sobrecarga de cuidados com este filho, entre outras funções.

Para Fergusson (2002) não existem diferenças significativas em relação à adaptação e bem estar de famílias de crianças com deficiência e famílias que não apresentam crianças com deficiência. As primeiras relatam inclusive, resultados positivos para sua família tais como aumento da capacidade de adaptação, união familiar, comunicação, mudanças de valores, crescimento espiritual e compartilhamento de tarefas entre o casal. O autor aponta em seus estudos que:

A coisa mais importante que acontece quando uma criança com deficiência nasce é que uma criança nasce. A coisa mais importante que acontece quando um casal se torna pai e mãe de uma criança com deficiência é que se tornam pai e mãe (FERGUSSON e ASCH , 1989, p.108).

O processo de adaptação diante deste contexto pode variar entre as famílias e entre seus membros, não havendo uma única forma de superação e incorporação à realidade vivenciada após o nascimento da criança.

1.3 ASPECTOS SOCIAIS: ESTUDOS SOBRE O LAZER E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Em estudo realizado por Silva e Dessen (2003), com seis famílias compostas por mãe, pai e criança com síndrome de Down entre dois a quatro anos, foi investigada a partir de questionários, entrevistas e filmagem (vídeo) a interação da criança e família em situações de lazer. Os resultados encontrados demonstraram que as atividades eram realizadas no ambiente interno e externo da casa. As atividades de lazer que ocorreram fora da casa baseavam-se em visitas a parentes, passeios a parques, zoológicos e shopping centers. As atividades dentro de casa consistiam em assistir TV ou brincar com as crianças, utilizando atividades lúdicas tais como brincadeiras, conversas, atividades artísticas e de socialização.

Avaliando o tempo livre de crianças e jovens com síndrome de Down, Blascovi-Assis (1997) relata que para as famílias, a solidão vivenciada pelos seus filhos reflete a falta de convites e oportunidades de recreação. As atividades realizadas pelos participantes concentravam-se principalmente em brincadeiras em casa, na companhia de familiares e em ver televisão. A autora refere ser fundamental a abordagem de temas como vida social, amizade e participação em atividades culturais com as famílias. A dificuldade de percepção da importância em vivenciar situações desta natureza com a criança ou o jovem com deficiência é também assinalada por Petean (1987), que ressalta ainda as possibilidades de desenvolvimento implícitas nestas práticas.

Mactavish e Schleien (2004) estudaram o lazer para famílias com crianças com deficiência e verificaram que as atividades recreativas acontecem em pequenos grupos, na maioria das vezes para a dupla mãe-criança, sendo comum a prática de atividades físicas como natação, caminhadas e passeios de bicicleta. Essas atividades são vistas pelos pais como importantes para a melhor qualidade de vida familiar.

Em estudo realizado com crianças e adultos autistas, Osmond et al. (2004) relataram que os fatores ambientais são os que apresentam maior impacto sobre as atividades sociais e de recreação destes indivíduos. Dentre esses fatores, a família, e especialmente a participação da mãe em atividades sociais e recreacionais exercem grande influência na participação da criança com deficiência em atividades sociais e de recreação. Quanto ao tipo e frequência de atividades sociais e de recreação, a atividade mais frequente (pelo menos uma vez por semana) foi caminhar ou fazer algum exercício (74,5%) seguido de praticar algum hobby (41,3%). Porém, estas atividades podem ser realizadas sem a companhia de familiares ou amigos. A participação em atividades sociais informais com parentes apareceu para 22,6%; com amigos, para 20,9% e com pessoas da escola ou trabalho, para 13,2%. Estes dados foram compatíveis com a característica dificuldade de relacionamento social dos indivíduos autistas relatada em pesquisas anteriores.

Em estudo realizado com um grupo de adultos com deficiência física sobre as preferências e dificuldades no lazer, Blascovi-Assis et al. (2004) constataram que a família está envolvida na maioria das atividades praticadas seja em casa ou fora dela, concentravam-se em ver TV, ouvir música, ler e fazer visitas domiciliares a outros membros da família.

2 OBJETIVO

Este estudo teve como objetivo investigar qual a percepção dos pais sobre o lazer em famílias que tenham como um dos membros uma criança com deficiência física ou mental.

3 MÉTODO

Participaram desse estudo 28 famílias de crianças com deficiências físicas, mentais ou múltiplas, entre 2 e 14 anos, sendo 13 de Sorocaba, cidade do interior do Estado de São Paulo com população estimada em 493.468 habitantes e 15 de Uberaba, cidade do interior do Estado de Minas Gerais com população estimada em 252.051 (BRASIL, 2005). Os dados foram coletados em duas instituições sem fins lucrativos de atendimento terapêutico gratuito à comunidade.

Foram distribuídos questionários com perguntas fechadas e abertas, que deveriam ser respondidos por um membro da família (pai, mãe ou responsável), após assinaram o termo de consentimento livre.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram agrupados de acordo com as cidades em que os dados foram coletados.

Identificação dos participantes

Em Uberaba foram entrevistados quinze responsáveis pelas crianças que freqüentavam um centro de equoterapia, sendo quatorze mães e um pai. A idade das crianças variou entre dois e quatorze anos, sendo sete meninos e oito meninas. Segundo os participantes, as crianças apresentavam deficiência mental (6), física (3), múltipla (6). Em Sorocaba foram entrevistados treze responsáveis pelas crianças que freqüentavam uma instituição educacional destinada a crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais, sendo doze mães e uma prima. A idade das crianças variou entre dois e quatorze anos, sendo sete meninos e cinco meninas. Segundo os participantes as crianças apresentavam deficiência mental (9), múltipla (2), atraso no desenvolvimento (2) e nenhuma citação de deficiência física isolada.

Perfil familiar

Em Uberaba, o número de pessoas que habitavam as residências variou entre três e sete membros, sendo que em apenas uma família, o pai não reside com a criança.

A escolaridade dos pais caracterizou-se entre ensino fundamental incompleto e superior completo.

Sete crianças freqüentavam escolas regulares, sendo todas da rede particular de ensino, e sete tinham vínculo com escolas especiais. Apenas uma criança não freqüentava nenhuma escola.

As crianças com deficiência permaneciam sob cuidados da mãe em quatorze famílias e em apenas um caso os cuidadores da criança eram a tia e a avó. A idade das mães variou entre vinte e um e cinquenta e quatro anos e dos pais entre vinte e dois e quarenta e cinco anos.

Em Sorocaba, o número de pessoas que habitavam a residência esteve entre quatro e seis pessoas, sendo que em três lares o pai não morava com a família.

A escolaridade dos pais caracterizou-se entre ensino fundamental incompleto, seguido de fundamental completo e apenas um pai possuía o ensino superior. Nove crianças freqüentavam escola, sendo que apenas uma encontrava-se no sistema regular de ensino e oito na educação especial. Quatro crianças não freqüentavam nenhuma escola. Em doze famílias a criança é cuidada pela mãe e em uma família a mãe divide esta tarefa com uma prima.

Atividades de lazer mais realizadas pela família

As atividades mais indicadas pelas famílias das duas cidades foram visitas a parentes e amigos, assistir TV, ouvir música, ir à igreja, festas de aniversário ou casamento e passeios em praças públicas. As demais atividades apareceram para apenas uma cidade ou em índices menores que os citados (quadro 1). Esses resultados estão de acordo com os dados de Blascovi-Assis (1997), Silva e Dessen (2003) e Mactavish e Schleien (2004), mostrando que as atividades mais comuns acontecem em casa e com pessoas da família.

Atividade	Famílias de Uberaba	Famílias de Sorocaba	Total
Visita a parentes e amigos	14	5	19
Assistir tv	11	7	18
Ouvir música	8	6	14
Igreja	3	8	11
Festa de aniversário ou casamento	7	4	11
Parques e praças públicas	5	6	11
Brincar na área externa da casa	-	10	10
Shopping center	5	-	5
Restaurante ou lanchonetes	5	-	5
Viagens de final de semana	4	-	4
Viagens de férias	3	-	3
Brincar na rua	-	3	3
Cinema ou teatro	-	2	2
Circo ou parque de diversões	-	2	2

Quadro 1: Atividades mais realizadas pelas famílias

As dificuldades relatadas pelas famílias em relação ao lazer com a criança com deficiência, comuns às duas cidades participantes foram a falta de dinheiro, de tempo, de divulgação dos locais de lazer, de oportunidades ou convites (quadro 2). A falta de convites e a solidão são apontadas por Blascovi-Assis (1997) como sendo um dos relatos familiares quanto às questões ligadas à participação social. Em estudo realizado com população adulta com deficiência física, Blascovi-Assis et al. (2004) relatam que a falta de dinheiro, as dificuldades financeiras e a falta de transporte e instalações adequadas figuravam entre as principais dificuldades apontadas pelo grupo entrevistado.

Dificuldades apontadas	Famílias em Uberaba	Famílias em Sorocaba	Total
Falta de dinheiro	7	9	16
Falta de tempo	9	7	16
Falta de divulgação de locais de lazer	8	4	12
Falta de oportunidade ou falta de convites	4	5	9
Falta de transporte	-	5	5
Deficiência da criança	4	-	4

Quadro 2: Dificuldades para a prática do lazer

Com relação à frequência do lazer em família, entre os 28 entrevistados, o grau de satisfação foi ótimo para (5), bom (17), regular (5) e ruim (1).

Este resultado demonstrou que as famílias avaliaram positivamente sua participação em atividades de lazer, mesmo queixando-se da falta de divulgação dos locais, de tempo, convites, oportunidades e dinheiro (quadro 2). Isto pode estar relacionado ao fato de que a maioria pratica o lazer em casa e está satisfeita dessa forma. Observou-se uma tendência ao lazer em família e nas dependências da casa para ambas as populações participantes. Alguns autores apontam tendência à realização de atividades de lazer em casa (Blascovi-Assis, 1999), enquanto outros destacam as atividades externas (Osmond et al., 2004; Mactavish e Schleien, 2004).

Treze famílias responderam que todos os membros participavam das atividades de lazer e apenas em duas ocorria a participação de alguns membros. Quatorze famílias relataram que parentes e amigos participavam das suas atividades de lazer e apenas uma família não relatou a participação de outras pessoas. A participação da mãe, do grupo familiar ou de amigos é relatada diferentemente em diferentes trabalhos. Osmond et al. (2004) ressaltam a companhia da mãe na maioria dos casos, enquanto Mactavish e Schleien (2004) referem esta prática em pequenos grupos.

Quando perguntadas sobre possíveis mudanças nas atividades de lazer em família, em função do nascimento da criança com deficiência, treze famílias responderam que não houve alteração. As famílias que responderam afirmativamente à questão relacionaram as mudanças a fatores como: dificuldades para brincar, necessidade de reestruturação familiar, restrição das atividades de lazer, saúde debilitada da criança e freqüentes internações hospitalares.

“La muito para o hospital.”

“Ficou internada, era fraquinha.”

“Ficava sempre doente.”

“O lazer é somente nos finais de semana onde vamos para o sítio, lá ele nada e anda à cavalo quando possível.” (Mãe de Uberaba)

“Muda, em um todo, porque é novo; tudo que é novo tem que ser adaptado. Mas já está reestruturado e muito bom.”(Mãe de Uberaba)

Fergusson (2002) considera não haver diferenças em relação à adaptação e bem estar de famílias de crianças com deficiência quando comparadas às que não convivem com esse acontecimento. No entanto, Amiralian (1986) e Amiralian e Becker (1992) consideram que o nascimento de um filho com deficiência pode de fato, trazer mudanças e necessidade de ampliação de conhecimento devido às idéias preconceituosas e ajustes familiares necessários ao cotidiano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que o lazer vem sendo reconhecido cada vez mais como um importante indicador de qualidade de vida, além de caracterizar-se como uma situação de promoção ao desenvolvimento e bem-estar. Constitui-se ainda em uma oportunidade para o de exercício da cidadania, onde pode ocorrer a inclusão social e a transposição de preconceitos e barreiras.

Atividades realizadas em ambientes internos predominaram entre as mais apontadas (visita a parentes e amigos, assistir TV e ouvir música), em detrimento daquelas realizadas em ambiente mais socializador, sugerindo a necessidade de programas que estejam estruturados para receber essa população, bem como maior divulgação dos mesmos.. Considerando o nível de satisfação da prática de lazer familiar, constatou-se que dentre vinte e oito entrevistados, vinte e dois avaliam entre ótima e boa a frequência desta atividade. Este resultado demonstrou que as famílias avaliaram positivamente sua participação em atividades de lazer, mesmo queixando-se da falta de divulgação dos locais, de tempo, convites, oportunidades e dinheiro. Mais estudos são necessários para que se possa conhecer de modo mais detalhado as necessidades e desejos dessas famílias, de acordo com sua região de origem, seus costumes e sua cultura.

ABSTRACT

The purpose of this study was to investigate parents' perceptions about leisure activities in families with a physical, mental, or multiple handicapped children. 28 families with a physical, mental or multiple handicapped child aged two to fourteen years (15 boys and 13 girls), 13 from Sorocaba-SP and 15 from Uberaba-MG participated on the study. Interviews containing open and close questions were conducted and one family member answered to them. The most reported leisure activities were: to visit relatives and friends (19), to watch TV (18), to listen to music (14), to go to parks and public squares (11), to go to church (11), to attend birthday or wedding parties (11). The most reported difficulties were lack of: money (16), time (16), opportunities and invitations (9), and announcement of leisure places (9). In 15 cases after the child birth, changes happened within family's leisure activities and were related to health problems, difficulties in playing and need of family restructure. The degree of satisfaction reported was great (5) and good (17) for 22 families. Although 15 families recognize their difficulties in leisure and privilege internal activities, 22 families described a high degree of satisfaction degree suggesting the possibility of the reorganization of the family.

Keywords: Leisure, Family, Deficiency

REFERÊNCIAS

AMIRALIAN, M. L. T. M. *Psicologia do Excepcional*. São Paulo: EPU, 1986.

AMIRALIAN, M. L. T. M. e BECKER, E. Deficiência congênita e autismo secundário: Um risco psicológico. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*. v.2, n. 2, 1992.

ANTUNHA, E. L. G. Jogos sazonais: Coadjuvantes do amadurecimento das funções cerebrais. In: OLIVEIRA, V. B. (Org). *O brincar e a criança do nascimento aos seis anos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 33-56.

BLASCOVI-ASSIS, S. M. Lazer para deficientes mentais: Um relato de experiência. In.: MARCELLINO, N. C. (Org). *Lúdico, educação e educação física*. RS, Editora Unijuí, 1999, p. 101-111.

BLASCOVI-ASSIS, S. M.; PEIXOTO, B.O.; FIAMENGHI JR., G.A. Preferência e dificuldades em atividades de lazer e trabalho para um grupo de pessoas com deficiência física. *Licere*, Belo Horizonte, v.7, n.1, 2004.

BOMTEMPO, E. A brincadeira de faz-de-conta: o lugar do simbolismo, de representação, do imaginário. In: KISHIMOTO T. M. (Org.). *Jogo, brinquedo, brincadeira e educação*. São Paulo: Cortez, 1997, 66-89.

BRASIL. IBGE: Censos demográficos e contagem populacional para os anos intercensitários, estimativas dos totais populacionais estratificados por idade. Disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/> Acesso em 20/03/2005.

BROUGÈRE, G. A criança e a cultura lúdica. *Revista da Faculdade de Educação*, v.24, n.2, 103-116, 1998.

CAVALCANTE, F. G. *Pessoas muito especiais: a construção social do portador de deficiência e a reinvenção da família*. RJ, Editora Fiocruz, 2003.

CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA. Artigo 227, no capítulo 7º, do título VIII, 1988. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 04/09/2005.

ECA. Lei n 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em www.eca.org.br. Acesso em 04/09/2005.

FERGUSON, P. M. A place in the family: an historical interpretation of research on parental reactions to having a child with disability. *J Special Educ*, v 36, n 3, p. 124-130, 2002.

FERGUSON, P. M., ASH, A. Lessons from life: personal and parental perspectives on school, childhood and disability. In: D.P. BIKLEN, D.L. *Schooling and disability: eighty-eighth year book of the National Society for the Study of Education*. Part II Chicago: National Society for the Study of Education, 1989, p.108-140.

FRANÇA, T. L. Educação para e pelo lazer. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) *Lúdico, educação e educação física*. RS: Ed. Unijuí, 1999.

KISHIMOTO, T. M. (Org.). *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. São Paulo: Cortez, 2000.

MACTAVISH, J. B.; SCHLEIEN, S. J. Re-injecting spontaneity and balance in family life: parents' perspectives on recreation in families that include children with developmental disability. *Journal of Intellectual Disability Research*. v.48, n.2, p. 123-141, 2004.

MARCELLINO, N. C. *Pedagogia da animação*. Campinas, SP: Papirus, 1989.

MORAIS, P. Z. M. Lazer: qualidade de vida e cidadania. *Licere*. Belo Horizonte, v.2, n.1, p. 31-45, 1999.

OLIVEIRA, V. B. (Org). *O brincar e a criança do nascimento aos seis anos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

OSMOND, G. I.; KRAUSS, M. U.; SELTZER, M. M.. Peer relationships and social and

recreational activities among adolescents and adults with autism. *J Autism Develop Disab.* v.34, n.3, p 245-251, 2004.

PETEAN, E. B. L. *Recursos utilizados pelas famílias para promover o desenvolvimento do filho com Síndrome de Down.* 1987. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) UFSCAR, São Paulo, 1987.

SANTOS, S. M. P. (Org). *A ludicidade como ciência.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SILVA, N. L. P. e DESSEN, M. A. Crianças com Síndrome de Down e suas interações familiares. *Psicologia: Reflexão e crítica.* v.16, n.3,p. 503-514, 2003.

VASH, C. L. *Enfrentando a deficiência: a manifestação, a psicologia, a reabilitação.* SP, Pioneira: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

VIGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.* 6^a ed. São Paulo : Martins Fontes, 1998.